

POVOS INDÍGENAS E EQUIDADE EDUCACIONAL: ENTRAVES E POTENCIALIDADES¹

Jailson Cavalcante²

Ana Caroline dos Santos Silva³

Emmanuela Calheiros Moraes⁴

Rayssa Nobre Cedrim Duarte⁵

Paula Orchiucci Miura⁶

Angelina Nunes de Vasconcelos⁷

RESUMO

A equidade educacional na Educação Escolar Indígena (EEI) visa garantir o direito à aprendizagem sem a imposição de modelos eurocêntricos, promovendo a preservação dos saberes ancestrais, respeitando a cultura, a língua e a identidade dos povos indígenas, mas enfrenta desafios significativos. Esta pesquisa teve como objetivo mapear e analisar produções acadêmicas acerca da equidade educacional junto aos povos indígenas no Brasil. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura nas bases CAPES e SciELO - Scientific Electronic Library Online, em julho de 2024. Utilizou-se na busca os descritores “educação” AND “indígena” aplicados aos “títulos” de publicações entre 2019 e 2024, assim do total de 103 artigos encontrados, 47 atenderam aos critérios de inclusão. Os estudos analisados apontam diversos obstáculos para a promoção da equidade no contexto da Educação Escolar Indígena (EEI) como a falta de infraestrutura adequada, formação docente insuficiente e de políticas públicas que nem sempre atendem às especificidades indígenas. No entanto, em contrapartida, há iniciativas que buscam fortalecer a educação indígena, incluindo a implementação de currículos diferenciados, ensino bilíngue e metodologias pedagógicas adaptadas ao contexto local. Além disso, a escola indígena tem se consolidado como espaço de resistência e valorização dos saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que algumas comunidades avançam na autonomia da gestão escolar, garantindo que os Planos Políticos Pedagógicos sejam elaborados conforme as necessidades locais. Assim, conclui-se que, apesar dos desafios, a Educação Escolar Indígena (EEI) tem potencial para fortalecer identidades e garantir um ensino mais inclusivo e culturalmente relevante. No entanto, para que a equidade seja efetiva, é

¹ Agradecimentos ao Governo do Brasil, Ministério da Educação (MEC), através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - TED – 11970 pela concessão de recursos concedidos para realização desta pesquisa.

² Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, jailson.cavalcante@ip.ufal.br;

³ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ana.caroline@ip.ufal.br;

⁴ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, emmanuela.moraes@ip.ufal.br;

⁵ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, emmanuela.moraes@ip.ufal.br

⁶ Pós-doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo – USP. Professora adjunta da graduação e da pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Coordenadora do Observatório da Violência Contra Crianças e Adolescentes do Estado de Alagoas, paula.miura@ip.ufal.br;

⁷ Professora orientadora: Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professora adjunta da graduação e da pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Coordenadora do Observatório de Equidade Educacional, angelina.vasconcelos@nees.ufal.br.



essencial ampliar investimentos na formação de professores indígenas, garantir materiais adequados e consolidar políticas públicas que respeitem a autonomia das comunidades, reconhecendo a escola como um elemento central na preservação dos saberes indígenas e na construção de um ensino mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: Equidade educacional, Educação escolar indígena, Povos indígenas, Políticas públicas, Revisão sistemática.

INTRODUÇÃO

A educação pode ser compreendida como um processo intencional de socialização e formação, orientado pela transmissão de saberes, valores e competências, visando o desenvolvimento integral dos indivíduos e à participação ativa na sociedade (Giraldin, 2018). Quando esse processo é analisado sob a perspectiva da equidade, assume-se o compromisso com a justiça social, logo, não se trata apenas de fornecer acesso igualitário, mas de garantir que grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas, recebam atenção e recursos que considerem suas especificidades culturais, linguísticas e territoriais (Menezes, 2023).

No contexto indígena, equidade significa, portanto, reconhecer e respeitar os modos de vida e as epistemologias desses povos, estruturando práticas educativas que permitam não apenas a permanência, mas também o protagonismo educacional dessas comunidades em seus espaços. Nesse sentido, uma educação escolar transformadora para os povos indígenas deve ser intercultural, bilíngue e ancorada na cultura local, valorizando saberes ancestrais, protagonismo comunitário e métodos pedagógicos próprios (Santos; Silva, 2024), como apontado por Mota, Pinheiro e Denez (2020) ao enfatizar que saberes tradicionais - transmitidos por anciãos/ãs - são fundamentais para práticas transformadoras que promovem a autodeterminação.

Diante dessa necessidade de promover uma educação plural e inclusiva, surge a Educação Escolar Indígena (EEI) como um instrumento de resistência e reconstrução cultural, ao mesmo tempo em que busca garantir o direito a uma educação escolar que respeite os saberes, os modos de vida e a autonomia dos povos originários. Trata-se de um modelo que transcende a simples escolarização, assumindo-se como espaço político e pedagógico de afirmação identitária e de confronto às práticas colonizadoras ainda presentes nas instituições de ensino (Costa; Trindade; Bezerra, 2022). Como afirmam Silva e Zanin (2024, p. 12), o aprendizado é intercultural, pois “alguns dos ambientes de aprendizagem que são parte da escola se estendem a outros lugares da aldeia, como as



roças, as matas, os rios e morros e as cidades do entorno.”, evidenciando que a Educação Escolar Indígena (EEI) não se limita à sala de aula, mas se constrói nos territórios, nas práticas cotidianas e na oralidade compartilhada entre gerações. Este estudo, portanto, teve por objetivo descrever as produções acadêmicas acerca da equidade educacional junto aos povos indígenas no Brasil, evidenciando potencialidades e fragilidades.

METODOLOGIA

Com o objetivo de alcançar as metas delineadas, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, do tipo metassíntese, com a finalidade de mapear e destacar as produções acadêmicas que abordem a temática e respondam à questão: “Quais ações vêm sendo desenvolvidas junto aos povos indígenas objetivando-se promover a equidade educacional dentro de seus territórios?”. Nesse contexto, as revisões sistemáticas são projetadas para responder a uma pergunta específica, empregando métodos rigorosos e passíveis de reprodução. Já a metassíntese se diferencia por reunir e interpretar estudos primários, favorecendo a construção de novas perspectivas teóricas (Cavalcante; Oliveira, 2020).

Para Oliveira, Trancoso, Bastos e Canuto (2015), a condução da metassíntese segue as etapas: 1) Exploração – momento em que são reunidos os documentos relevantes para a revisão, sendo definidos os bancos de dados e os descritores de busca adequados para a investigação; 2) Refinamento – etapa em que os dados são tratados, selecionando-se os textos alinhados ao tema, de modo a formar uma amostra representativa do objeto de estudo; 3) Cruzamento – fase específica à verificação de duplicações, comparando os materiais previamente selecionados; 4) Descrição – etapa de categorização dos dados, organizando os documentos em grupos que permitem sua identidade; 5) Análise – consiste na elaboração de uma nova reflexão a partir do conjunto de dados, contribuindo para um entendimento ampliado do assunto específico investigado.

Assim, a revisão aqui apresentada foi realizada em julho de 2024. As buscas ocorreram nas plataformas CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para tornar a busca mais precisa, foram utilizados os descritores “educação” AND “indígena”, aplicados especificamente aos títulos dos documentos. Considerando a necessidade de compreender o tema no cenário atual, foram incluídas apenas



publicações dos últimos cinco anos (2019-2024). Num primeiro refinamento, foram empregados os filtros “artigos”, “nacionais”, “revisados por pares” e “acesso aberto”. A partir desses critérios, identificaram-se 103 artigos na base da CAPES e 11 na SciELO.

Como critérios de inclusão, foram considerados apenas estudos com dados primários, focados no contexto brasileiro e que envolveram como participantes membros da comunidade escolar e/ou tradicional (como estudantes, educadores/as, familiares, e outros/as). Posteriormente, foi procedida a leitura dos resumos e das fichas metodológicas dos textos previamente agrupados, a fim de verificar a sua adequação aos critérios estabelecidos. Esse processo resultou na seleção de 46 artigos na CAPES e nove na SciELO, somando 55 publicações. Após o cruzamento dos dados, identificaram-se quatro duplicações, restando, portanto, 51 artigos para leitura integral.

Ao final dessa leitura, a amostra final foi composta por 47 artigos. Em seguida, foi construído um banco de dados online, facilitando a organização e visualização do material. Para a descrição dos artigos observou-se os seguintes aspectos: periódico de origem, ano de publicação, autores/as, nome da revista, metodologia utilizada, público participante e nível de ensino abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise dos 47 artigos incluídos nesta revisão, o ano de 2022 apresentou o maior número de publicações com 15 artigos, seguido de 2021, com nove, e dos anos de 2019 e 2020, empatados com oito artigos cada. Por fim, estão 2023 e 2024, com cinco e dois artigos, respectivamente.

Paralelamente à análise temporal, a classificação das revistas científicas segundo o sistema Qualis da CAPES também foi considerada. Conforme Brasil (2022), o Qualis é um mecanismo de avaliação da produção científica nacional, categorizando os periódicos conforme sua qualidade. Nesta revisão, observa-se uma predominância de publicações em revistas do estrato A, sendo o A2 o mais recorrente (13 artigos), seguido dos estratos A1 (10), A3 (7) e A4 (4). Tal resultado reforça que as pesquisas sobre educação e povos indígenas têm alcançado espaços de maior visibilidade acadêmica, inserindo-se em veículos científicos de prestígio no cenário da pesquisa brasileira.

Como aponta Marchlewski, Silva e Soriano (2011), a classificação Qualis opera como um importante filtro de circulação da ciência no Brasil, influenciando diretamente a difusão e o reconhecimento das temáticas investigadas pelos/as pesquisadores/as.



Assim, o fato de boa parte dos artigos analisados estar concentrada em revistas de estrato A pode ser interpretado como um indicativo da consolidação da Educação Escolar Indígena (EEI) como um campo científico em ascensão, pela emergência da temática e, com potencial de dialogar tanto com as comunidades locais, quanto com a comunidade acadêmica em nível nacional.

Quanto à filiação institucional dos/as autores/as, foram mencionadas 48 instituições entre universidades e institutos. Destas, duas instituições obtiveram maior frequência, as quais foram: Universidade Federal do Pará (UFPA), com cinco autores/as, e a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), com três autores/as vinculados. Ambas as instituições possuem histórico de atuação direta com povos indígenas, promovendo cursos específicos de formação docente, pesquisas aplicadas e projetos de extensão que fortalecem a Educação Escolar Indígena (EEI) em seus respectivos territórios (Moreira; Zoia, 2021; PPLSA, 2025).

Indiretamente, conforme apontam Moreira e Zoia (2021), a UNEMAT tem sido protagonista na formação continuada de professores/as indígenas e na produção de materiais pedagógicos bilíngues, enquanto Araya *et al.* (2024), bem como Moraes Junior, Parkatejê e Oliveira (2025) destacam a importância das cotas para acesso e permanência dos povos indígenas na educação de nível superior no estado do Pará.

Ainda, ao serem analisadas as regiões do Brasil e os estados das universidades às quais os/as autores/as estão vinculados, foi constatado que a região norte apresentou o maior número de pesquisas (16) em cinco dos seus sete estados. Nesta região, o estado do Pará foi o que mais apareceu, com nove pesquisas em suas universidades. Assim, esses contextos demonstram como a localização e o compromisso social das universidades influenciam diretamente a produção científica voltada à realidade indígena, criando novas possibilidades de expansão dos conhecimentos indígenas.

Em sequência, Centro-Oeste e Nordeste apareceram de forma empatada, com dez pesquisas cada. A ampla presença de autores/as vinculados/as a instituições públicas, sobretudo do Norte e Centro-Oeste, aparece como um indicador do protagonismo que essas regiões vêm assumindo no debate sobre educação e povos indígenas. Tal concentração pode ser compreendida tanto pela localização geográfica onde reside grande parte das populações indígenas brasileiras (IBGE, 2022), quanto pela atuação estratégica de universidades públicas, como a UNEMAT (Moreira; Zoia, 2021), que se tornaram polos de produção científica e de articulação com as comunidades locais. Esse movimento reforça a relevância das universidades públicas como espaços de resistência



e de promoção da equidade educacional, ao mesmo tempo em que demonstra como a pesquisa científica pode estar intrinsecamente vinculada às realidades locais e às lutas indígenas por reconhecimento e autonomia.

De forma correlata aos dados mencionados acima, verificou-se que das 48 instituições cujos/as autores/as dos artigos estão vinculados/as, a ampla maioria é composta por instituições públicas (46), tendo apenas duas de caráter privado, o que corrobora os dados de Schütz, Fuchs e Costa (2020) e Rabelo (2019), os quais reforçam que mais de 90% da pesquisa científica no país é feita em instituições públicas de ensino superior. Tais dados apontam o papel estratégico das universidades públicas no desenvolvimento de estudos comprometidos com a equidade educacional dentro e fora destes territórios. Essas instituições, muitas delas localizadas em regiões historicamente negligenciadas no cenário acadêmico brasileiro, têm atuado como importantes articuladoras de políticas e práticas voltadas à valorização da diversidade étnico-cultural no campo da educação.

De outra forma, quanto às localidades onde as pesquisas foram realizadas – lembrando que uma pesquisa pode ocorrer em mais de um território –, a região Norte novamente se sobressaiu, com 20 artigos. Tal destaque pode ser compreendido a partir da expressiva presença de comunidades indígenas na Amazônia Legal e da atuação de universidades públicas da região que desenvolvem projetos diretamente vinculados aos territórios indígenas. Para além, isso se dá pelo fato de que estão concentradas nessa região a maioria das pessoas que se autodeclaram indígenas no país, abarcando 44,48% da população indígena nacional (IBGE, 2022), o que explica o grande número de publicações realizadas junto às comunidades indígenas nessa região.

Monzilar (2020) enfatiza que a escola indígena na Amazônia surge como um espaço de manutenção dos saberes tradicionais e de resistência cultural frente às pressões externas, reafirmando o território como lugar de vida e aprendizado. Além disso, as regiões Nordeste e Centro-Oeste também registraram dez pesquisas cada, onde a educação indígena nestes artigos aparece vinculada à luta por reconhecimento e à construção de práticas educativas próprias das comunidades. No Sul, foram identificadas seis pesquisas; já no Sudeste, apenas quatro pesquisas foram localizadas, distribuídas entre os estados de Minas Gerais (2), Espírito Santo (1) e Rio de Janeiro (1).

No que se refere ao tipo de abordagem metodológica, os dados indicaram clara predominância de estudos qualitativos, presentes em 46 artigos. Apenas um trabalho



utilizou metodologia mista. A respeito dos/as participantes envolvidos/as nas coletas de dados, os/as professores/as foram os/as mais presentes, aparecendo em 28 estudos. Os/as estudantes vieram adiante, citados/as em 18 artigos, seguidos/as pela comunidade em geral (15), incluindo familiares. Já as lideranças indígenas participaram de 12 pesquisas, sendo seis delas representadas por caciques. Por fim, a comunidade escolar ampliada – que abrange diretores/as, coordenadores/as, secretários/as, entre outros/as profissionais – foi mencionada em seis estudos. Desta forma, esses resultados demonstram o esforço dos/as pesquisadores/as em compreender as realidades locais e as dinâmicas socioculturais envolvidas.

Quanto ao nível de ensino priorizado nos estudos, o ensino fundamental foi o mais recorrente, identificado em 19 artigos. Normalmente, o ensino fundamental representa a etapa em que se inicia a escolarização formal da maioria das crianças indígenas, sendo, portanto, o primeiro contato sistematizado com práticas educativas escolarizadas. Dados do Censo Escolar Indígena confirmam essa centralidade, evidenciando que 81,20% dos/as alunos/as indígenas do país estão matriculados/as no ensino fundamental, sobretudo nos anos iniciais (1^a a 4^a séries), o que demonstra que esta etapa constitui a base estruturante da Educação Escolar Indígena - EEI (Povos Indígenas no Brasil – ISA, 2018). Assim, é nessa etapa que ocorrem as principais tensões entre os saberes tradicionais e os currículos oficiais. Monzilar (2020) destaca que o ensino fundamental é o momento em que a escola precisa incorporar metodologias que respeitem as formas tradicionais de ensino e incorporem materiais culturais próprios, como a língua materna, as histórias e mitos orais, o artesanato e outras práticas culturais.

Ainda, em 13 publicações, o nível de ensino não foi especificado, embora todos estivessem relacionados à educação básica. Em seguida, destacam-se: educação superior (11 artigos), ensino médio (10), educação infantil (5), Educação de Jovens e Adultos – EJA (3), educação indígena (3) e o ensino médio apoiado a cursos técnicos, de formação ou magistério (2).

Esse predomínio da educação básica, especialmente no ensino fundamental, está ainda ligada à compreensão de que é preciso construir processos próprios de ensino e aprendizagem, em diálogo com a realidade local, em que “os saberes indígenas entram na escola não pelos cânones hegemônicos da cientificidade tradicional, mas pela liberdade de se produzir outras contextualidades epistêmicas” (Silva; Herbetta, 2017, p. 122). Nessa perspectiva, a escola indígena possui papel estruturante na preservação e difusão dos saberes, como afirmam Sá e Silva (2019, p. 164), quando regulamentada, a



Educação Escolar Indígena (EEI) “[...] buscava-se assegurar uma educação diferenciada às populações indígenas, reconhecendo a diversidade cultural e linguística e a sua manutenção por meio de [...] leis, decretos, pareceres, parâmetros, diretrizes e convenções”.

Além disso, alguns estudos indicam que o espaço escolar funciona como instância de revitalização cultural, como exemplo, a Escola Estadual Indígena Julia Pará que constitui-se como espaço de resistência e de fortalecimento da cultura Balatiponé-Umutina na Aldeia Umutina, em Barra do Bugres - MT, reafirmando a importância de uma educação vinculada ao território e à memória coletiva (Monzilar, 2020).

Por último, no que se refere às principais temáticas que apareceram nos artigos, os estudos analisados apontam diversos obstáculos para a promoção da equidade no contexto da Educação Escolar Indígena (EEI) como a falta de infraestrutura adequada, formação docente insuficiente e de políticas públicas que nem sempre atendem às especificidades indígenas. No entanto, em contrapartida, há iniciativas que buscam fortalecer a educação indígena, incluindo a implementação de currículos diferenciados, ensino bilíngue e metodologias pedagógicas adaptadas ao contexto local. Além disso, como visto anteriormente, a escola indígena tem se consolidado como espaço de resistência e valorização dos saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que algumas comunidades avançam na autonomia da gestão escolar, garantindo que os Planos Políticos Pedagógicos (PPP) sejam elaborados conforme as necessidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos 47 artigos selecionados revelou importantes tendências no campo da Educação Escolar Indígena (EEI). Foi verificado que a maioria dos estudos investigou experiências educativas a partir da escuta de professores/as, estudantes, lideranças indígenas e membros das comunidades escolares, o que evidencia o esforço dos/as pesquisadores/as em compreender sobre quais contextos a Educação Escolar Indígena (EEI) está sendo trabalhada. Nesse sentido, as ações identificadas nos artigos apontam para a valorização dos saberes tradicionais, o fortalecimento da identidade cultural e a construção de práticas pedagógicas mais alinhadas às realidades dos povos indígenas.



Ademais, foi percebida a predominância de publicações sobre o tema da educação com povos Indígenas em revistas de Qualis A, o que demonstra que as pesquisas sobre educação e povos indígenas têm alcançado um espaço de cada vez maior visibilidade acadêmica. Outros achados encontrados foram que as universidades destas pesquisas estão predominantemente na região Norte, seguido posteriormente, empatadas, as regiões Nordeste e Centro-Oeste. Esse mesmo pódio das regiões se repete na localidade onde a pesquisa foi realizada, ficando a região Norte em primeiro lugar, e as regiões Nordeste e Centro-Oeste empatadas em segundo, o que demonstra a predominância da região Norte como um dos principais pólos de conhecimento e geolocalização indígena no país.

Ainda, mais de 95% das pesquisas foram feitas em universidades públicas, reforçando a potência de pesquisa, resistência e de transformação da universidade pública em prol da equidade educacional com os povos indígenas. Essa presença expressiva de instituições públicas como protagonistas da pesquisa também revela o papel estratégico dessas universidades na promoção de estudos territorializados e sensíveis às demandas sociais.

Assim, conclui-se que apesar dos desafios, a Educação Escolar Indígena (EEI) tem potencial para fortalecer identidades e garantir um ensino mais inclusivo e culturalmente relevante. No entanto, para que a equidade seja efetiva, é essencial ampliar investimentos na formação de professores/as indígenas, garantir materiais adequados e consolidar políticas públicas que respeitem a autonomia das comunidades, reconhecendo a escola como um elemento central na preservação dos saberes indígenas e na construção de um ensino mais justo e inclusivo.

Enquanto potencialidades da pesquisa, as repercussões deste estudo indicam que há um movimento crescente de produção científica comprometida com a equidade educacional, especialmente em regiões historicamente invisibilizadas quanto às possibilidades de produção importantes no campo científico brasileiro, como o Norte, Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil. Entretanto, o estudo apresentou limitações, como o recorte temporal, e sugere-se para próximos estudos a ampliação dos anos sob investigação. Ainda assim, os resultados aqui propostos oferecem subsídios relevantes para orientar políticas públicas e futuras investigações voltadas à promoção da equidade na educação com povos indígenas no país.

REFERÊNCIAS



ARAYA, I. G. S. M.; SACUENA, P.; FAVACHO, M. F. M.; PEIXOTO, R. C. D. Políticas de ação afirmativa para além do ingresso: trajetória de vida e resistência de indígenas estudantes na Universidade Federal do Pará (UFPA). **PRACS: Revista eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v.17, n.4, p. 165-182, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/554>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Ministério da educação. **Qualis**. 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/ptbr/assuntos/noticias/capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/download/12005/18070>.

Acesso em: 08 ago. 2025.

COSTA, D. M.; TRINDADE, J. da S.; BEZERRA, L. C. Educação escolar indígena e pandemia da covid-19: percepções de uma professora da ‘terra indígena Arara da Volta Grande do Xingu’. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 1–24, 2022. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8768249.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.

GIRALDIN, O. Educação escolar e educações indígenas: reflexões epistêmicas.

Articulando e Construindo Saberes, Goiânia, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/racs/article/download/55379/26451>. Acesso em: 15 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: População Indígena, 2022.

MARCHLEWSKI, C.; SILVA, P. M. da .; SORIANO, J. B. A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, n. 1, p. 104–116, jan. 2011. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/motriz/a/bzvHgkc8LFzKNQyGKdXLDRq/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 03 ago. 2025.

MENEZES, D. T. S. Representação dos povos indígenas na educação, algumas reflexões. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 37, p. 35-41, 2023. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/380>. Acesso em: 02 ago. 2025.

MONZILAR, E. B. Narrativa da educação indígena e da educação escolar indígena: A escola e o ensino do povo Balatiponé-Umutina. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 77-77, 2020. Disponível em:

<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/4769/2442>.

Acesso em: 08 ago. 2025.

MORAES JUNIOR, H.; PARKATEJÊ, K. T. J.; OLIVEIRA, I. A. História da política indigenista e da educação escolar indígena no estado do Pará. **Eccos – Revista**



Científica, n. 72, art. e26689, 2025. Disponível em:

<https://uninove.emnuvens.com.br/eccos/article/download/26689/11427>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MOREIRA, R. G; ZOIA, A. Educação escolar indígena e a produção de material didático específico. **Eventos Pedagógicos**, v. 12, n. 1, p. 240-264, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10321>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MOTA, F. L.; PINHEIRO, C. R.; DENEZ, C. C. Percepção do processo ensino aprendizagem na educação escolar indígena: múltiplos olhares na Aldeia Morro Brancos no município de Grajaú/Maranhão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2519>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. A. S.; TRANCOSO, A. E. R.; BASTOS, J. A.; CANUTO, L. T. **Metassíntese**: apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. In: 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, Investigação Qualitativa na Saúde, Anais, Aracaju/SE: Universidade Federal de Alagoas, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325126589_Metasyntesis_Notes_for_systematization_of_extensive_review_and_internal_criticism_to_scientific_production. Acesso em: 12 nov. 2024.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (ISA). **Censo Escolar Indígena**: contexto da escolarização indígena. 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Censo_Escolar_Ind%C3%ADgena. Acesso em: 8 set. 2025.

PPLSA - Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia. Ufpa.br, 2025. Disponível em: <https://www.pplsa.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 3 jul. 2025.

RABELO, N. Universidades: o que são e para que servem. **Revista Darcy: revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília**, Brasília, n.23, p. 16-20, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-23/dossie/88-universidades-para-que-servem>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SÁ, M. J. R. de; SILVA, M. das G. Educação escolar indígena e saberes culturais. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 28, n. 56, p. 162–177, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faeaba/article/view/7843>. Acesso em: 9 set. 2025.

SANTOS, L. S. dos; SILVA, M. A. da. Geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins. **Porto das Letras**, Porto Nacional, v. 9, n. 4, p. 1–15, 28 mar. 2024. Disponível em:



<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/19000>.

Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVA, M. do S. P.; HERBETTA, A. Educação intercultural e intepistêmica: desafios políticos para (e a partir) da escola indígena in: Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político. Mariano Báez Landa; Alexandre Ferraz Herbetta (Org.). **Educação Indígena e Interculturalidade**, Editora da Imprensa Universitária, Goiânia, p. 116-148, 2017. Disponível em:

https://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/pesquisa/con_detalhe.asp?ID=134665.

Acesso em: 09 set. 2025.

SILVA, I. M. M.; ZANIN, N. Sentidos atribuídos à educação escolar pelos Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos/SC e a articulação desse direito com outras lutas.

Educar em Revista, v. 40, e88555, p. 1-20, 2024. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/er/a/ZwwffPwCf94kTGRjHfT9BFv/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 set. 2025.

SCHÜTZ, J. A.; FUCHS, C.; COSTA, C. O. da. Universidade, pesquisa e docência: reflexões críticas sobre os abusos do atual governo. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 13, n. 32, p. 1–19, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/12530>. Acesso em: 09 set. 2025.

